

**MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2010
PROCESSO Nº 72045.000197/2010-51**

**QUARTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DO TURISMO E A
EMPRESA CTIS TECNOLOGIA S.A.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Senhor **RUBENS PORTUGAL BACELLAR**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 558.890, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 186.710.639-68, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 55, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2011 e Portaria nº 03, de 23 de março de 2012, Publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de março de 2012, e de outro lado, a empresa **CTIS TECNOLOGIA S/A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, estabelecida na SCN/Setor Comercial Norte, Qd. 04, Bloco "B", nº 100, salas 201, 204, 401, 403 e 804, Ed. Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, CEP: 70714-900, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 356.831 expedida pela SSP/DF, e do CPF/MF nº 102.252.261-20, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 022/2010**, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 72045.000197/2010-51, referente ao Pregão Eletrônico n.º 06/2010, sujeitando-se as partes às disposições da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 que regulamenta a modalidade Pregão na forma eletrônica, e, ainda o Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 e, subsidiariamente, à Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, e demais legislações aplicáveis, assim como as exigências previstas no Edital nº 06/2010 e seus Anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:



Os
φ
sf

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade prorrogar a vigência do Contrato Administrativo n.º 022/2010, que tem por objeto a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo*, conforme previsto no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Oitava – Da Vigência, do referido Instrumento e acrescer em 25% o valor total do Contrato, conforme previsto na Cláusula Décima Sexta – Dos Acréscimos ou Supressões e com fundamento na *alínea “b”* do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo n.º 22/2010 terá vigência por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 2 de dezembro de 2014, perfazendo um total de 60 (sessenta) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO. O prazo de vigência previsto no *caput* desta cláusula poderá ser prorrogado no interesse da Administração mediante Termo Aditivo, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO

O valor total atualizado do Contrato nº 022/2010 será acrescido em 25% (vinte e cinco por cento), o que equivale a R\$ 2.584.625,25 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

Para cobrir as despesas durante o prazo consignado no *caput* da cláusula segunda deste Instrumento, fica estimado o valor total de **R\$ 12.923.126,25 (doze milhões, novecentos e vinte e três mil, cento e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos)**, sendo **R\$ 1.076.927,19 (um milhão, setenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais e dezenove centavos)** para o exercício de 2014 e **R\$ 11.846.199,06 (onze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, cento e noventa e nove reais e seis centavos)** para o exercício de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, no Programa de Trabalho 23.122.2128.2000.0001, Naturezas de Despesa: 33.90.35 e 33.90.39, Fonte: 0100.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade, no respectivo exercício.



CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato n.º 022/2010 e nos seus Termos Aditivos, naquilo que não conflitarem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente por força do art. 109 da Constituição Federal.

E, assim, por estarem de comum acordo, as partes firmam o Quarto Termo Aditivo do Contrato Administrativo n.º 022/2010 em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 28 de novembro de 2014.




RUBENS PORTUGAL BACELLAR
R/ CONTRATANTE



AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA
P/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
RG: _____



Simone Maria da Silva Salgado
CPF: 284.909.421-00
RG: 696.922-DF

Nome: _____
CPF: _____
RG: _____

